MINISTÉRIO DA SAÚDE

SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Boletim Informativo
N. 72 | abr. 2026

Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa | Dgip

Coordenação-Geral de Articulação Interfederativa | Cgai

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
VENDA PROIBIDA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 2

SOBRE OS STATUS NOS GRÁFICOS 4

SOBRE OS RESULTADOS 5

RESULTADOS 6

Resultados relativos ao Plano de Saúde – PS 6

Resultados relativos à Programação Anual de Saúde – PAS 10

Resultados relativos ao Relatório de Gestão – RG 13

Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQA 16

COMENTÁRIOS 40

REFERÊNCIAS 43

APRESENTAÇÃO

O planejamento no Sistema Único de Saúde (SUS) é uma função gestora que, além de requisito legal, é um dos mecanismos relevantes para assegurar a unicidade e os princípios constitucionais do SUS. Expressa as responsabilidades dos gestores de cada esfera de governo em relação à saúde da população do território quanto à integração da organização sistêmica (Brasil; Fundação Oswaldo Cruz, 2016).

Conforme prevê a legislação, os instrumentos de planejamento do SUS são: Plano de Saúde, Programação Anual de Saúde e os Relatórios de Gestão.

O Plano de Saúde (PS) é o instrumento central do planejamento no SUS e no qual devem estar expressas as responsabilidades sanitárias e os compromissos da gestão com as necessidades da população, bem como as situações de cooperação com os demais atores que atuam no território para a gestão e o financiamento das ações e dos serviços de saúde no território, no âmbito de cada esfera da gestão do SUS para o período de quatro anos.

A Programação Anual de Saúde (PAS) é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no PS e tem por objetivo a anualização das metas desse plano e a previsão da alocação dos recursos orçamentários a serem executados.

O Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da PAS.

Por sua vez, o Relatório de Gestão (RG) apresenta os resultados alcançados com a execução da PAS ao final do exercício e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no PS.

> De acordo com o art. 22 da Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012, para receberem recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), os municípios, os estados e o Distrito Federal deverão possuir Plano de Saúde, Conselho de Saúde e Fundo de Saúde.

O **DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento** (DGMP) é um sistema utilizado pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios para registro de informações e documentos relativos ao Plano de Saúde e à PAS, bem como para a elaboração do RDQA e do RG referentes ao ano de 2018 em diante. Por meio do sistema, os Relatórios de Gestão são enviados para análise e manifestação do Conselho de Saúde.

Para fins de monitoramento, este Boletim apresenta mensalmente a situação de elaboração, entrega e apreciação dos instrumentos de planejamento para os entes subnacionais (estados, Distrito Federal e municípios), com base nos dados coletados no DGMP.

2026 Ministério da Saúde.
Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.
A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: bvsms.saude.gov.br.

N. 72 | Abril 2026

ISSN 2764-4286

OS 0261/2026

Elaboração, distribuição e informações:
MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria-Executiva
Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa
Coordenação-Geral de Articulação Interfederativa
Esplanada dos Ministérios, bloco G, Edifício Sede
CEP: 70058-900 – Brasília/DF
Tel.: (61) 3315-3442
E-mail: coginp@saude.gov.br
Site: www.gov.br/saude

Coordenação:
Fátima Ali

Elaboração:
Dorian Chim Smarzaro

Colaboração:
Henrique Flávio de Souza
Marcos Ghabriel Pereira Barros
Maria Edmilza da Silva
Rochelle Patrícia Ferraz de Souza

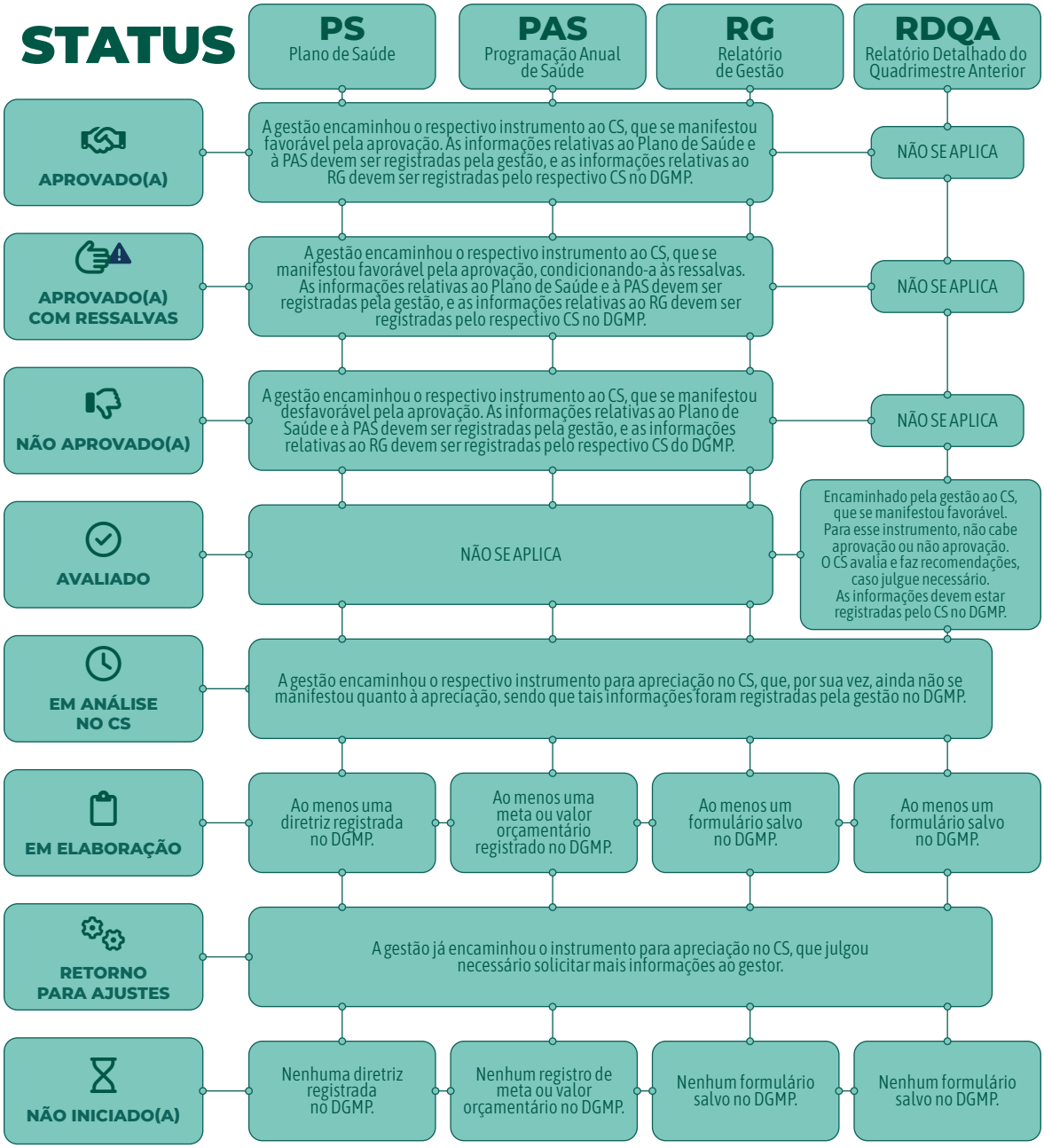
Normalização:
Delano de Aquino Silva – Editora MS/CGDI

Revisão textual:
Laíza Foizer Filgueira – Editora MS/CGDI
Tamires Felipe Alcântara – Editora MS/CGDI

Design editorial:
Marcos Melquíades – Editora MS/CGDI

SOBRE OS STATUS NOS GRÁFICOS

Neste Boletim, os status apresentados nos gráficos referem-se às situações dos instrumentos de planejamento quanto a sua elaboração, seu encaminhamento e sua apreciação nos respectivos Conselhos de Saúde (CS). O infográfico a seguir apresenta os significados referentes a cada status.



SOBRE OS RESULTADOS

Este Boletim apresentará a situação dos instrumentos de planejamento para as unidades federativas (UFs) com relação aos ciclos de planejamento 2016-2019, 2020-2023 e 2024-2027, considerando as variáveis que constam no DGMP: Plano de Saúde (2016-2019, 2020-2023 e 2024-2027); Programação Anual de Saúde (2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026); Relatório de Gestão (2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024); e Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (todos os quadrimestres de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025).

Para os municípios, serão apresentados dados relativos aos ciclos de planejamento de 2018-2021, 2022-2025 e 2026-2029, considerando as variáveis que constam no DGMP: Plano de Saúde (2018-2021, 2022-2025 e 2026-2029); Programação Anual de Saúde (2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026); Relatório de Gestão (2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025); e Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (todos os quadrimestres de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025).

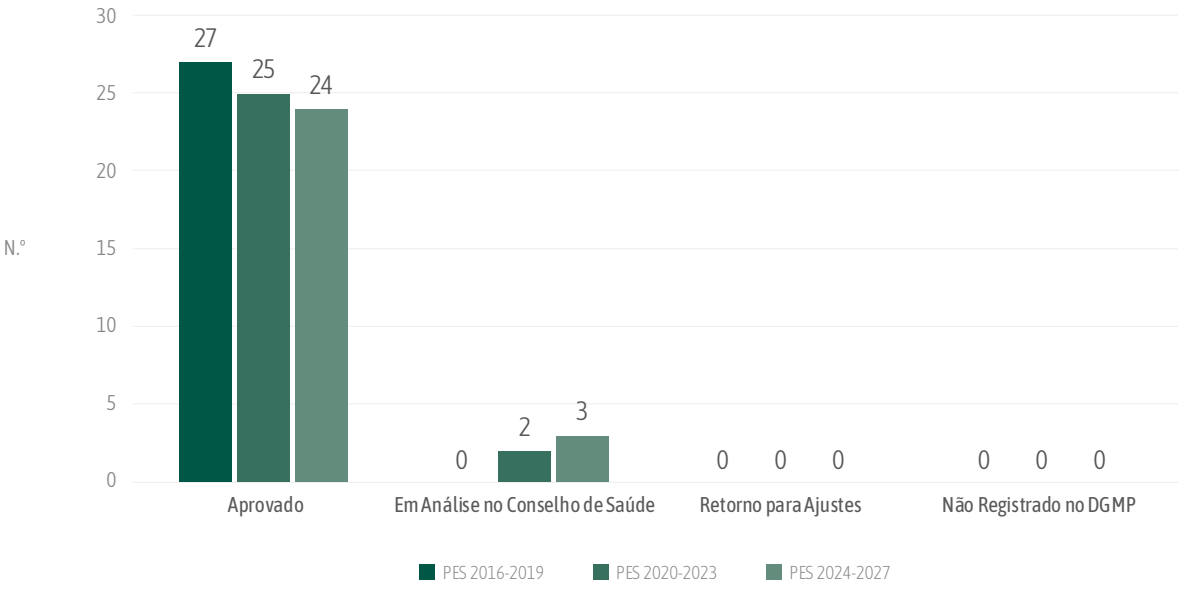
Registra-se que o município de Boa Esperança do Norte/MT, oficialmente instalado em 2025, foi incluído nas análises para os seguintes instrumentos de planejamento: Plano de Saúde 2022-2025, Programação Anual de Saúde 2025, todos os Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior 2025, Plano de Saúde 2022-2026 e Programação Anual de Saúde 2026.

RESULTADOS

Resultados relativos ao Plano de Saúde – PS

O Gráfico 1 apresenta a situação do PS, para os estados e o Distrito Federal, para o atual ciclo de planejamento (2024-2027) e para os dois ciclos anteriores (2016-2019 e 2020-2023), conforme os dados disponíveis no DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento (DGMP).

Gráfico 1 – Número de unidades federativas, segundo status do Plano de Saúde, conforme registro no DGMP. Ciclos de planejamento 2016-2019, 2020-2023 e 2024-2027



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

Para o ciclo 2020-2023, consta no DGMP que duas Secretarias Estaduais de Saúde (Alagoas e Pará) estão com os seus Planos de Saúde "Em Análise no Conselho de Saúde". Com relação ao atual ciclo de planejamento (2024-2027), Amapá, Minas Gerais e Paraná estão com o Plano de Saúde sob análise do Conselho de Saúde.

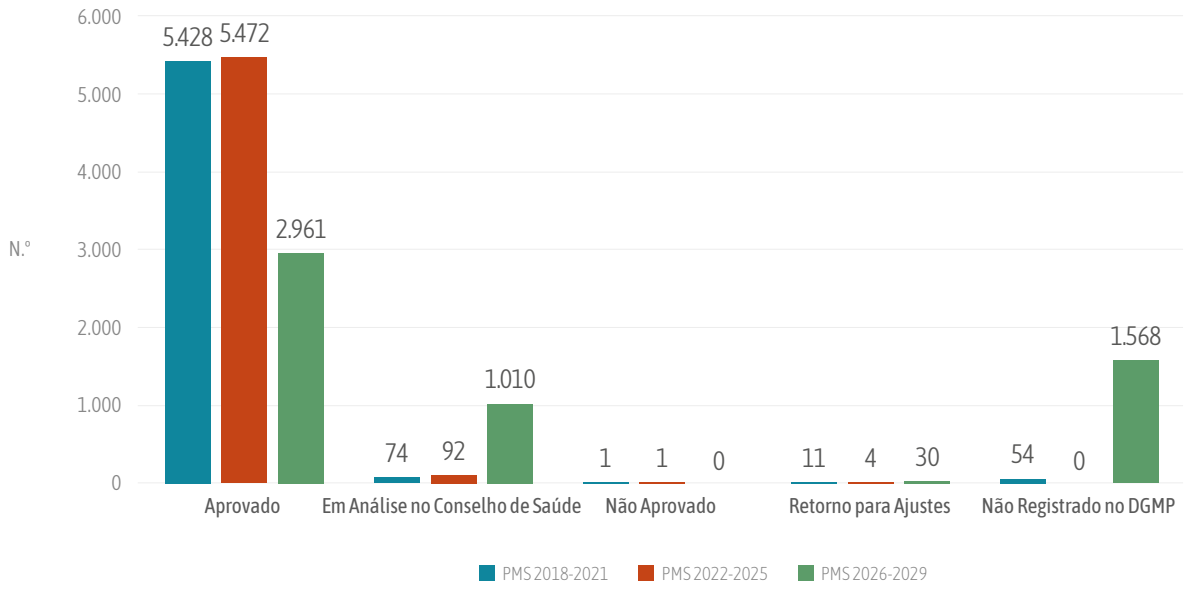
Com relação aos municípios, observa-se pelo Gráfico 2 que a maior parte não registrou o Plano de Saúde no DGMP para o atual ciclo de planejamento. Considera-se como registro no DGMP a soma dos seguintes status: "Aprovado", "Em Análise no Conselho de Saúde" e "Não Aprovado". O status "Retorno para Ajustes" representa a situação em que o município registrou o Plano de Saúde no DGMP e, em determinado momento, reeditou a funcionalidade pertinente a esse instrumento para inclusão de algum dado não lançado inicialmente. Por fim, considera-se como "Não Registrado no DGMP" a soma dos status "Em Elaboração" e "Não Iniciado".

Partindo dessa explicação, do total de 5.568 municípios brasileiros, observa-se que 54 deles não registraram o Plano de Saúde 2018-2021 no DGMP, o que corresponde a 0,97% do total. Um quantitativo de 5.428 está aprovado pelos Conselhos de Saúde (97,48% do total), e 74 (1,33% do total) estão com o Plano de Saúde em análise no Conselho de Saúde. Para um município (0,02% do total), o Plano de Saúde não foi aprovado, e 11 municípios (0,20% do total) reabriram o sistema para ajustes no Plano de Saúde (Gráfico 2).

Com relação ao Plano de Saúde 2022-2025, do total de 5.569 municípios brasileiros, observa-se que 5.472 deles estão aprovados pelos Conselhos de Saúde (98,26% do total), enquanto 92 (1,65% do total) estão com os Planos de Saúde em análise no Conselho de Saúde. Para um município (0,02% do total), o Plano de Saúde não foi aprovado; e quatro municípios (0,07% do total) reabriram o sistema para ajustes no Plano de Saúde. Não há pendências de registro no DGMP (Gráfico 2).

Com relação ao Plano de Saúde 2026-2029, do total de 5.569 municípios brasileiros, 1.568 deles (28,15% do total) não o registratram no DGMP. Um quantitativo de 2.961 está aprovado pelos Conselhos de Saúde (53,17% do total), 1.010 (18,14% do total) estão com os Planos de Saúde em análise no Conselho de Saúde e 30 municípios (0,54% do total) reabriram o sistema para ajustes no Plano de Saúde (Gráfico 2).

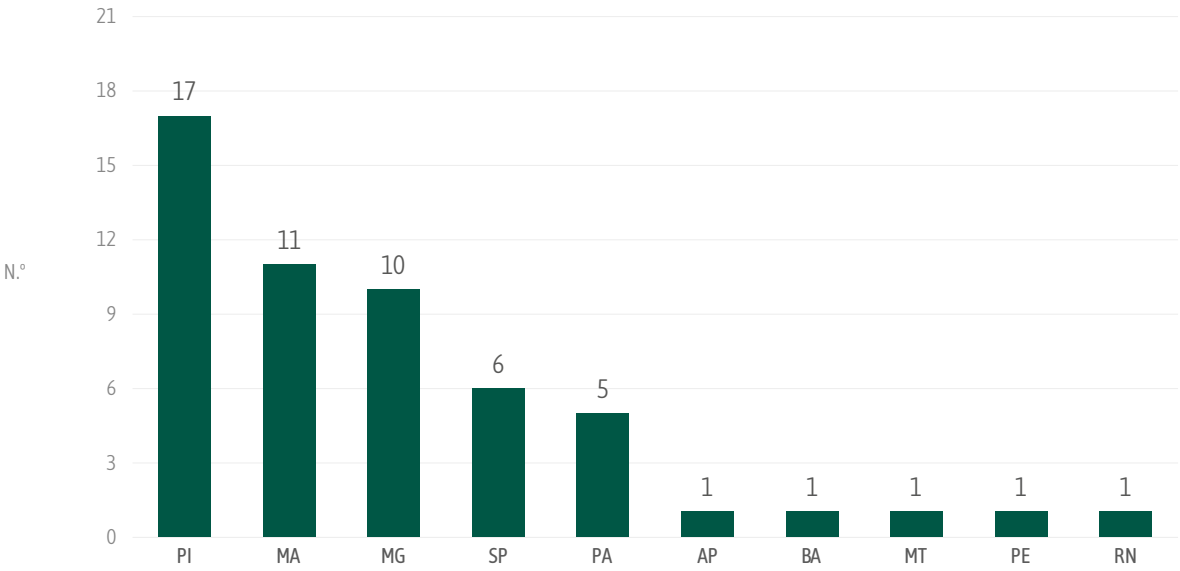
Gráfico 2 – Situação do Plano de Saúde dos municípios brasileiros, segundo status (2018-2021, 2022-2025 e 2026-2029)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

Dos 54 municípios que não inseriram o Plano de Saúde 2018-2021 no DGMP, 17 deles estão no Piauí, 11 no Maranhão, 10 em Minas Gerais, 6 em São Paulo, 5 no Pará, e outros 5 estão distribuídos em 5 estados, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Número de municípios que não inseriram o Plano de Saúde 2018-2021 no DGMP, segundo estado

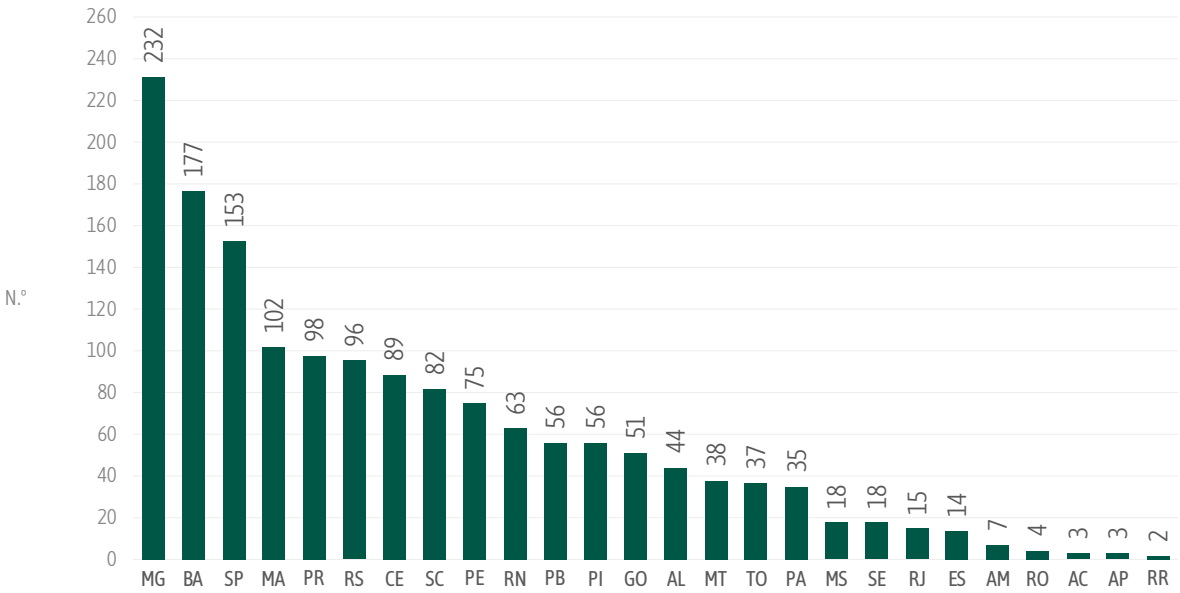


Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

Para o ciclo de planejamento 2022-2025, não há pendência de registro do Plano de Saúde no DGMP.

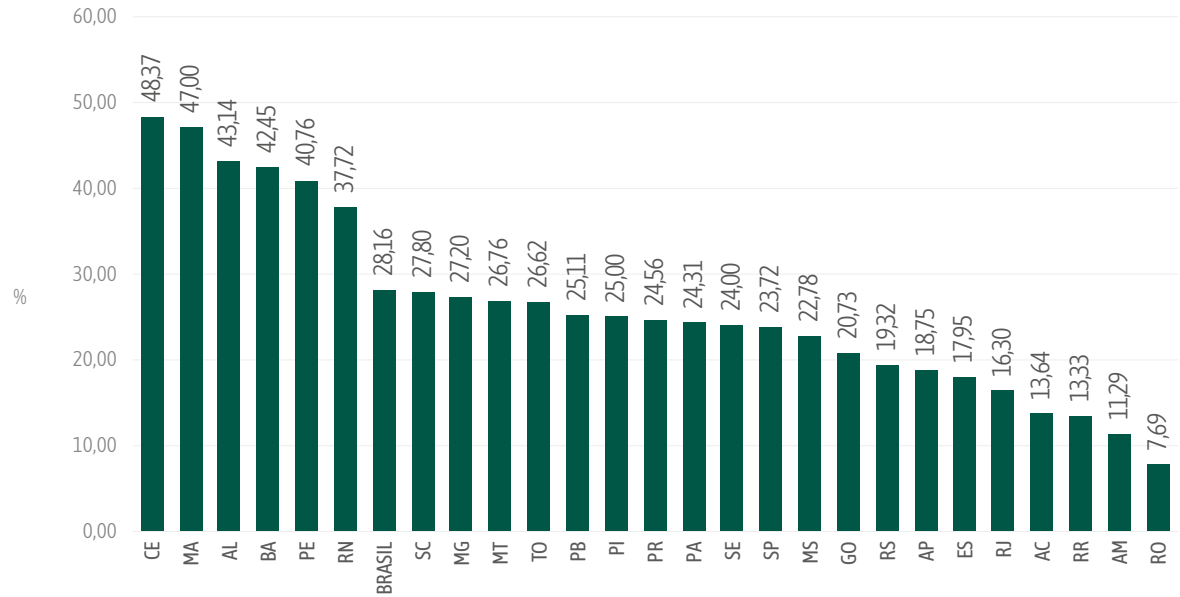
Com relação ao ciclo 2026-2029, o Gráfico 4 demonstra o número de municípios de cada estado que não inseriram o Plano de Saúde no DGMP. No total do País, 1.568 (28,15% do total) estão nessa situação. O Gráfico 5 apresenta essa mesma distribuição de maneira percentual.

Gráfico 4 – Número de municípios que não inseriram o Plano de Saúde 2026-2029 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

Gráfico 5 – Percentual de municípios que não inseriram o Plano de Saúde 2026-2029 no DGMP, segundo estado e Brasil

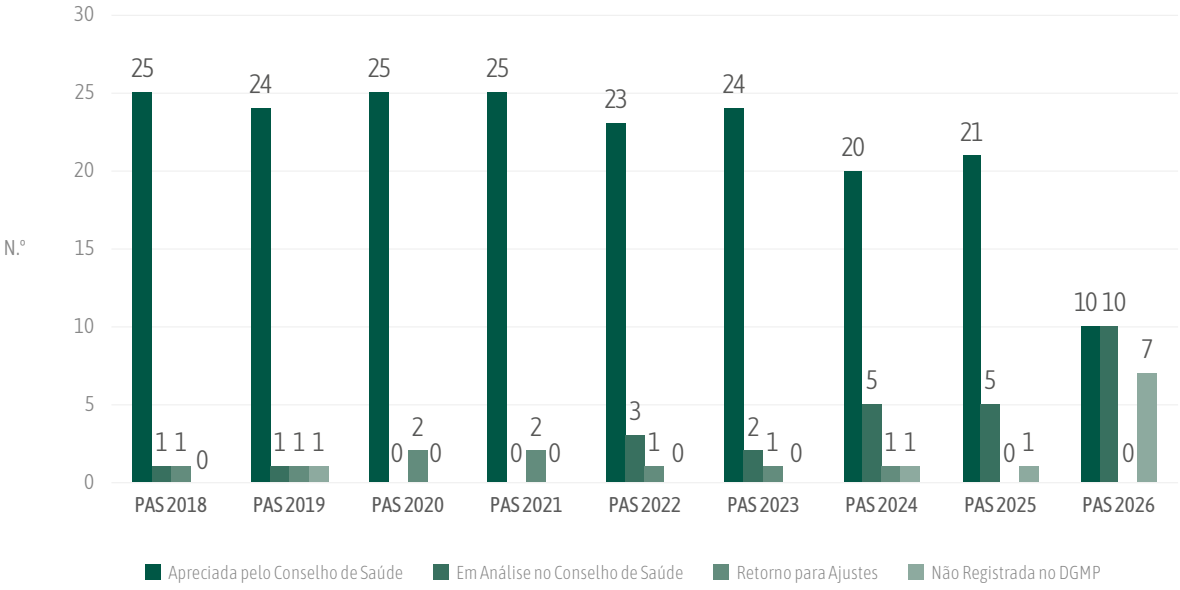


Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

Resultados relativos à Programação Anual de Saúde – PAS

Considerando-se os status que representam registro da PAS no DGMP (Apreciada pelo Conselho de Saúde + Em Análise no Conselho de Saúde), observa-se pelo Gráfico 6 que o número foi semelhante para quase todos os anos da série: 2018 (27), 2019 (26), 2020 (27), 2021 (27), 2022 (27), 2023 (27), 2024 (26) e 2025 (26). Para 2026, 20 UFs registraram a PAS no DGMP.

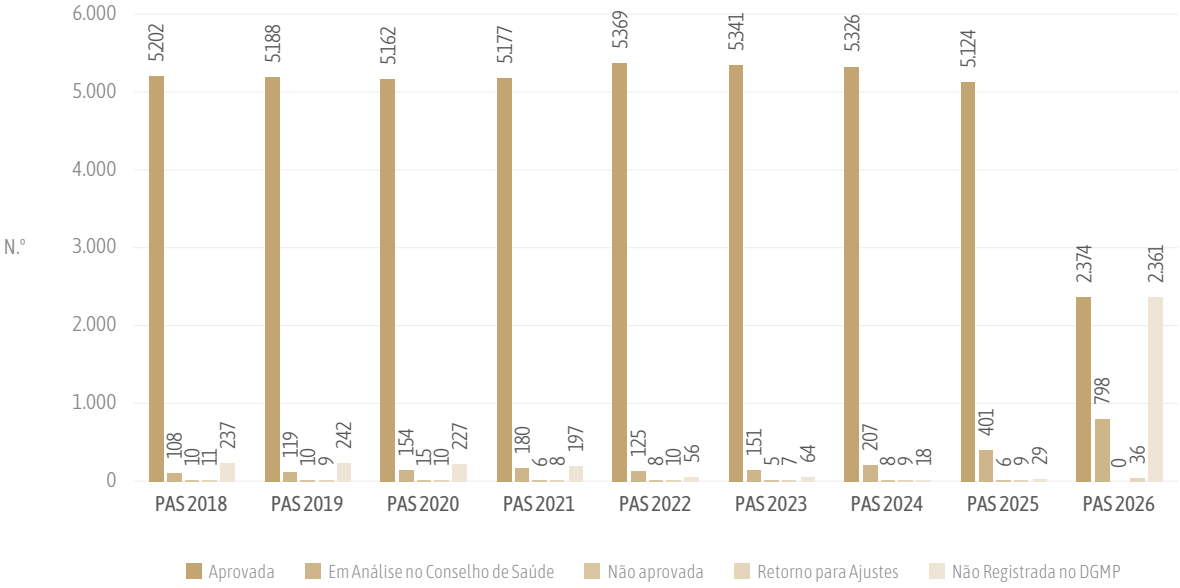
Gráfico 6 – Número de unidades federativas, segundo a situação da PAS (2018-2026)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

Em análise similar para os municípios, observa-se que, em média, 134 municípios não registraram a PAS no DGMP entre 2018 e 2025. Para 2026, são 2.361 (42,39% do total) que estão inadimplentes. O Gráfico 7 apresenta os números por ano.

Gráfico 7 – Número de municípios brasileiros, segundo a situação da PAS (2018-2026)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

A Tabela 1 apresenta o quantitativo de municípios por estado que não inseriram a PAS no DGMP entre 2018 e 2026. Há municípios que possuem pendência em um dos anos, contudo há outros que estão inadimplentes em mais de um ano. Dessa maneira, um mesmo município pode constar com pendência em todos os anos.

Registra-se que, entre 2018 e 2025, 402 municípios brasileiros (7,22% do total) possuem alguma pendência com esse instrumento na série histórica referida.

Tabela 1 – Número de municípios que não inseriram a PAS no DGMP, segundo UF e por ano (2018-2026)

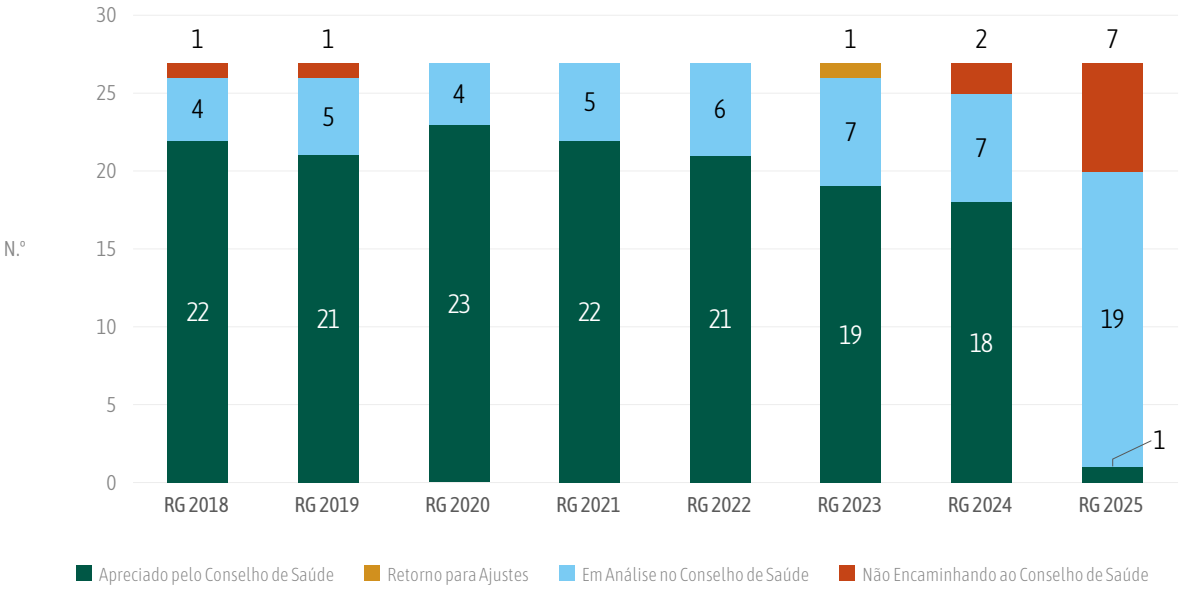
UF	Ano da PAS									N.º de municípios da UF
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
AC	0	0	0	0	2	3	3	0	7	22
AL	2	4	2	2	2	1	1	0	51	102
AM	0	0	0	0	0	0	0	0	21	62
AP	1	2	2	2	1	1	1	1	5	16
BA	6	8	11	13	2	4	3	4	227	417
CE	2	2	3	4	0	0	0	0	105	184
ES	7	5	2	1	0	0	0	0	33	78
GO	10	4	0	0	0	0	0	0	79	246
MA	34	48	53	38	25	29	0	4	125	217
MG	53	46	36	27	5	3	1	7	371	853
MS	0	0	0	0	0	0	0	0	36	79
MT	1	1	2	1	0	0	0	1	57	142
PA	16	20	21	21	5	6	1	2	53	144
PB	5	6	9	10	5	4	3	1	106	223
PE	4	5	7	5	1	0	0	0	89	184
PI	36	36	38	31	0	1	0	0	83	224
PR	0	1	0	0	0	0	1	3	173	399
RJ	8	2	1	0	0	1	1	0	24	92
RN	2	2	1	2	0	0	0	0	86	167
RO	0	0	0	0	0	0	0	0	5	52
RR	0	0	0	0	0	0	0	0	5	15
RS	8	6	4	3	0	0	0	0	159	497
SC	1	0	1	4	0	0	1	2	126	295
SE	0	1	1	1	0	0	0	2	35	75
SP	41	43	33	32	8	11	2	2	251	645
TO	0	0	0	0	0	0	0	0	49	139
BRASIL	**237**	**242**	**227**	**197**	**56**	**64**	**18**	**29**	**2.361**	**5.569**

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

Resultados relativos ao Relatório de Gestão – RG

O Gráfico 8 apresenta a situação de envio do RG das UFs para apreciação do Conselho de Saúde. Há pendências de envio em 2018 e 2019, e duas unidades federativas não encaminharam o RG 2024 para apreciação no Conselho de Saúde. A categoria "Apreciado pelo Conselho de Saúde" engloba os seguintes status: Aprovado + Aprovado com Ressalvas + Não Aprovado. Quanto ao RG 2025, obseva-se que sete UFs estão pendentes.

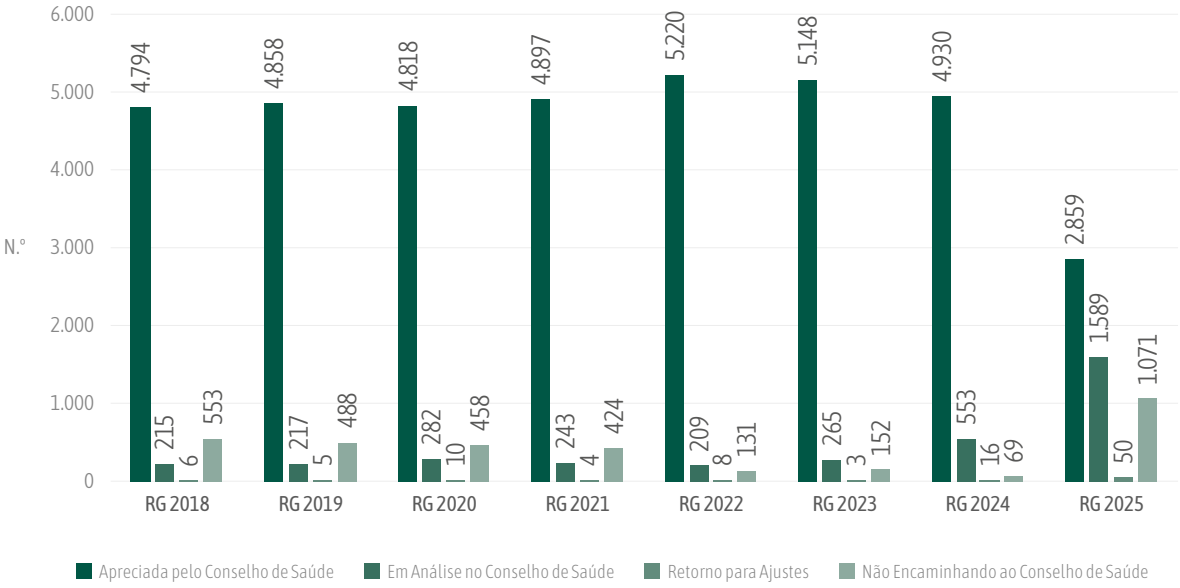
Gráfico 8 – Número de unidades federativas, segundo a situação do RG (2018-2025)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

Em análise similar para os municípios, observa-se que, em média, 325 municípios não encaminharam o RG para apreciação no Conselho de Saúde entre 2018 e 2024 (Gráfico 9). A categoria "Apreciado pelo Conselho de Saúde" engloba os seguintes status: Aprovado + Aprovado com Ressalvas + Não Aprovado. Para 2025, há 1.071 municípios pendentes.

Gráfico 9 – Número de municípios brasileiros, segundo a situação do RG (2018-2025)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

A Tabela 2 apresenta o quantitativo de municípios por estado que não encaminharam o RG para apreciação no Conselho de Saúde entre 2018 e 2025. Há municípios que possuem pendência em um dos anos, contudo há outros que estão inadimplentes em mais de um ano. Dessa maneira, um mesmo município pode constar com pendência em todos os anos.

Registra-se que, entre 2018 e 2024, 838 municípios brasileiros (15,05% do total) possuem alguma pendência com esse instrumento na série histórica referida.

Tabela 2 – Número de municípios que não encaminharam o RG para apreciação no Conselho de Saúde, segundo UF e por ano (2018-2025)

UF	Ano do RG								N.º de municípios da UF
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
AC	6	7	6	6	3	3	3	4	22
AL	16	14	9	7	3	2	2	5	102
AM	1	1	0	1	0	0	0	9	62
AP	6	6	5	4	1	2	2	9	16
BA	29	27	36	38	9	13	11	116	417
CE	3	3	8	9	1	2	0	67	184
ES	13	11	9	4	0	0	0	10	78
GO	18	12	5	16	0	0	0	38	246
MA	65	66	77	60	44	48	6	54	217
MG	110	88	62	66	13	12	8	151	853
MS	1	0	1	1	0	0	0	13	79
MT	4	5	4	5	2	3	1	62	142
PA	40	39	44	34	10	12	6	50	144
PB	19	18	25	26	11	15	6	44	223
PE	10	13	15	14	3	3	2	56	184
PI	50	47	57	41	3	6	3	48	224
PR	2	2	3	4	0	1	2	83	399
RJ	19	14	6	4	2	1	1	14	92
RN	4	5	5	8	1	3	3	48	167
RO	0	0	0	0	0	0	0	12	52
RR	0	0	0	0	0	0	0	8	15
RS	25	13	8	6	0	0	0	16	497
SC	11	7	6	13	4	5	5	42	295
SE	2	4	3	3	2	1	1	17	75
SP	99	86	64	54	19	20	7	68	645
TO	0	0	0	0	0	0	0	27	139
BRASIL	**553**	**488**	**458**	**424**	**131**	**152**	**69**	**1.071**	**5.569**

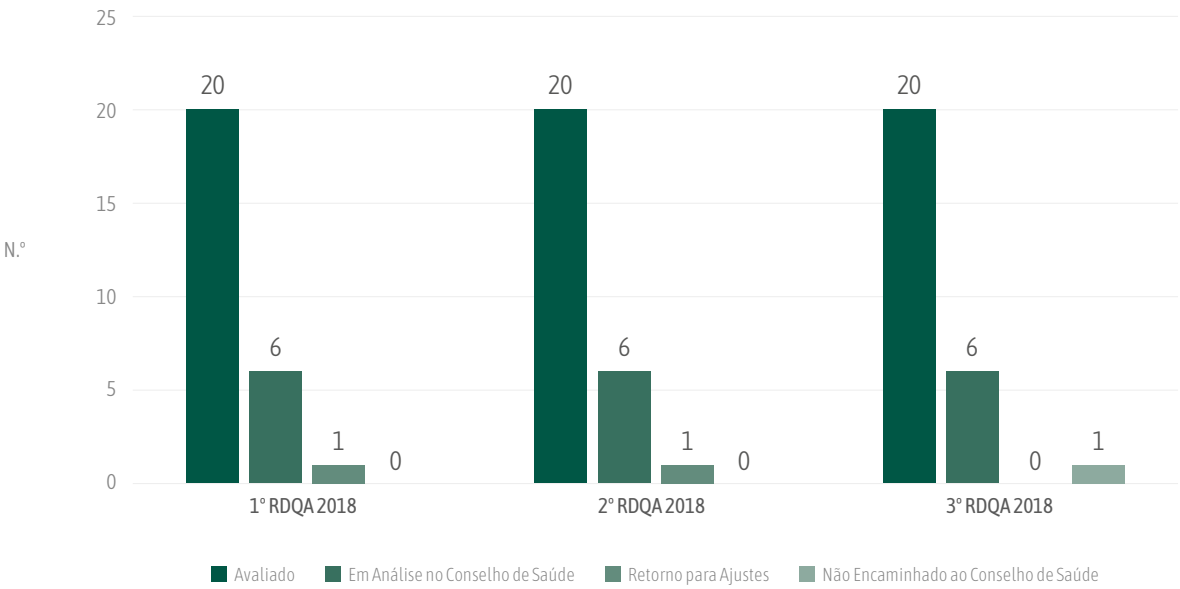
Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQA

RDQA de 2018

Com relação às UFs, a maior parte encaminhou o RDQA para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em Análise no Conselho de Saúde) nos três quadrimestres de 2018, conforme o Gráfico 10.

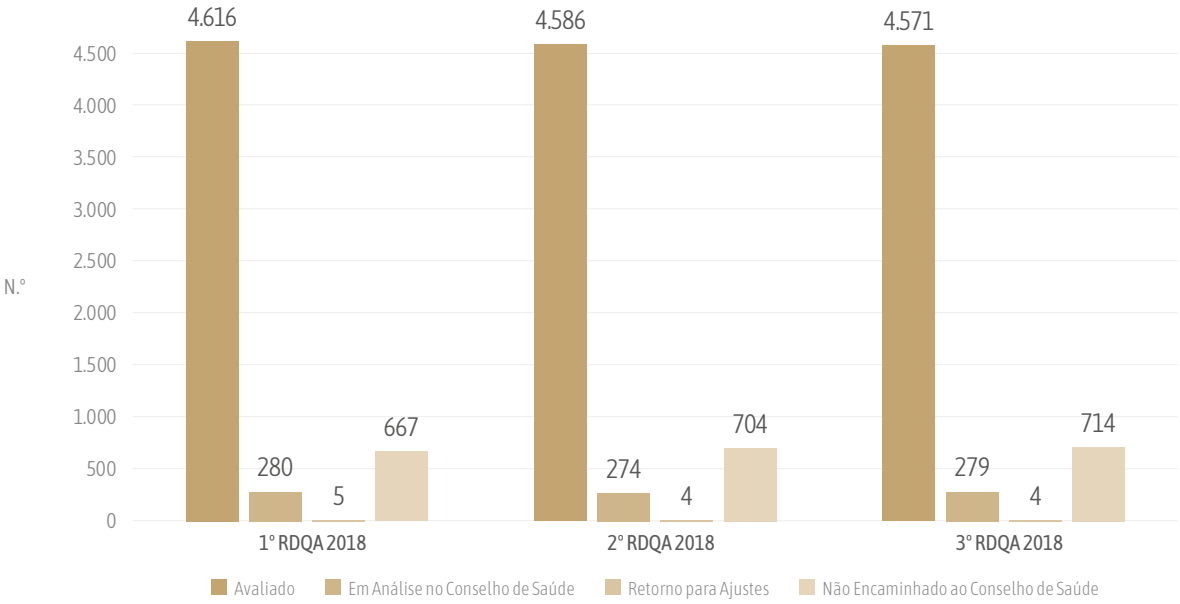
Gráfico 10 – Número de unidades federativas, segundo a situação do RDQA (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

Semelhante análise para os municípios demonstra que, na média dos três RDQAs de 2018, 4.869 municípios (87,44% do total) encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em Análise no Conselho de Saúde), 695 (12,48% do total) estão pendentes, enquanto para 4 deles (0,08% do total) houve devolução para ajustes por parte do Conselho de Saúde. O Gráfico 11 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

Gráfico 11 – Número de municípios brasileiros, segundo a situação do RDQA (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

A Tabela 3 apresenta o quantitativo de municípios por estado que não encaminharam os RDQAs de 2018 para avaliação no Conselho de Saúde.

Registra-se que 720 municípios brasileiros (12,93% do total) possuem alguma pendência com os RDQAs de 2018.

Tabela 3 – Número de municípios que não encaminharam os RDQAs de 2018 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo UF e por quadrimestre

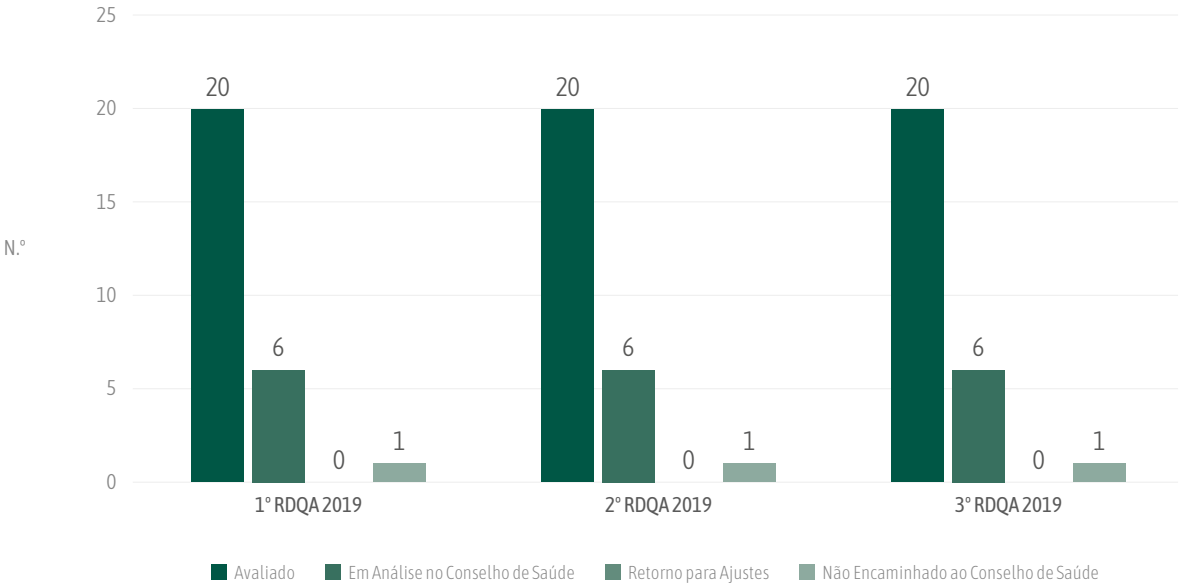
UF	RDQA			N.º de municípios da UF
	1º RDQA 2018	2º RDQA 2018	3º RDQA 2018	
AC	5	6	6	22
AL	21	21	21	102
AM	4	4	4	62
AP	6	7	8	16
BA	41	42	44	417
CE	4	4	4	184
ES	15	15	15	78
GO	23	24	24	246
MA	75	76	78	217
MG	122	133	134	853
MS	0	0	0	79
MT	13	13	12	141
PA	53	54	55	144
PB	23	24	26	223
PE	8	10	11	184
PI	50	50	51	224
PR	5	6	5	399
RJ	23	25	26	92
RN	20	22	22	167
RO	0	0	0	52
RR	0	0	0	15
RS	22	25	25	497
SC	8	10	10	295
SE	0	1	1	75
SP	126	132	132	645
TO	0	0	0	139
BRASIL	**667**	**704**	**714**	**5.568**

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

RDQA de 2019

Uma UF ainda não encaminhou os três RDQAs de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde. O detalhamento por cada status e quadrimestre está no Gráfico 12.

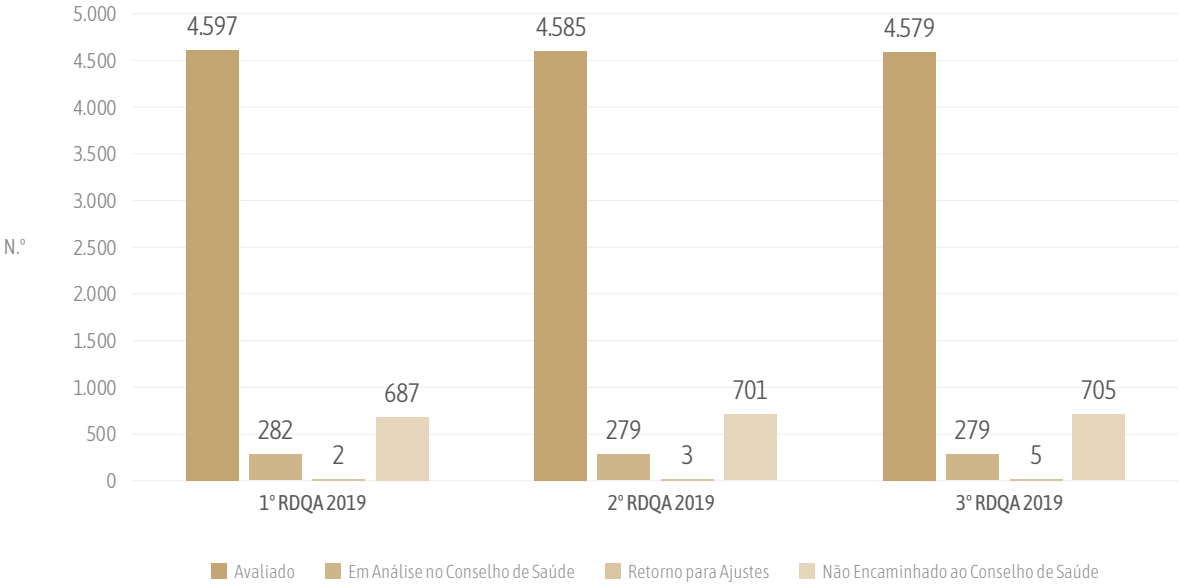
Gráfico 12 – Número de unidades federativas, segundo a situação do RDQA (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

Semelhante análise para os municípios demonstra que, na média dos três RDQAs de 2019, 4.867 municípios (87,41% do total) encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em Análise no Conselho de Saúde), 698 (12,53% do total) estão pendentes, enquanto para 3 deles (0,06% do total) houve devolução para ajustes por parte do Conselho de Saúde. O Gráfico 13 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

Gráfico 13 – Número de municípios brasileiros, segundo a situação do RDQA (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

A Tabela 4 apresenta o quantitativo de municípios por estado que não encaminharam os RDQAs de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde.

Registra-se que 724 municípios brasileiros (13,00% do total) possuem alguma pendência com os RDQAs de 2019.

Tabela 4 – Número de municípios que não encaminharam os RDQAs de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo UF e por quadrimestre

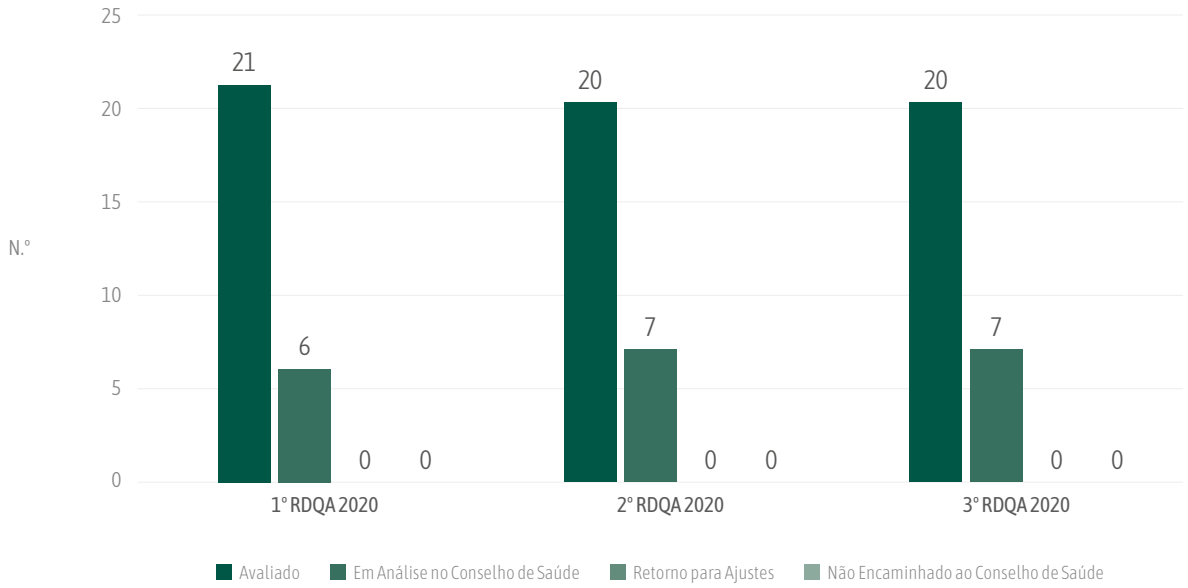
UF	RDQA			N.º de municípios da UF
	1º RDQA 2019	2º RDQA 2019	3º RDQA 2019	
AC	7	7	7	22
AL	22	22	23	102
AM	6	6	6	62
AP	9	9	9	16
BA	49	50	51	417
CE	5	5	5	184
ES	14	15	15	78
GO	20	22	22	246
MA	87	87	86	217
MG	116	119	121	853
MS	0	0	0	79
MT	13	14	15	141
PA	52	52	52	144
PB	23	23	23	223
PE	10	12	12	184
PI	48	48	50	224
PR	6	6	7	399
RJ	23	21	22	92
RN	22	23	23	167
RO	0	0	0	52
RR	0	0	0	15
RS	19	14	9	497
SC	10	11	11	295
SE	2	3	3	75
SP	124	132	133	645
TO	0	0	0	139
BRASIL	**687**	**701**	**705**	**5.568**

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

RDQA de 2020

Todas as UFs encaminharam, para avaliação no Conselho de Saúde, os três RDQAs de 2020. O detalhamento por cada status e quadrimestre está no Gráfico 14.

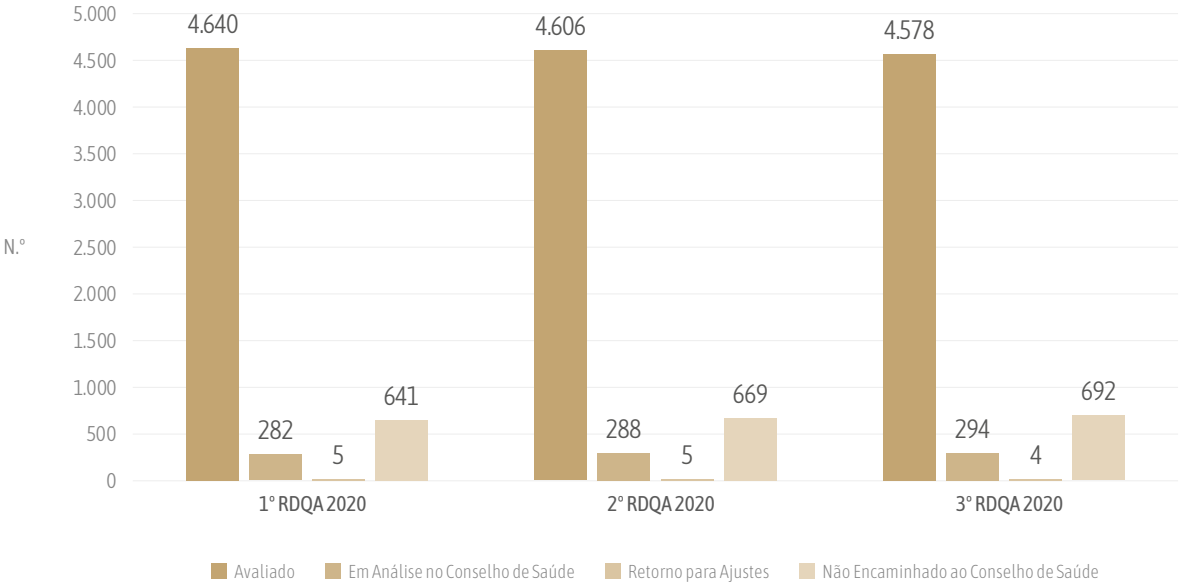
Gráfico 14 – Número de unidades federativas, segundo a situação do RDQA (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

Com relação aos municípios, observa-se que, na média dos três RDQAs de 2020, 4.896 (87,93% do total) encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em Análise no Conselho de Saúde), 667 (11,99% do total) estão pendentes, enquanto para 5 deles (0,08% do total) houve devolução para ajustes por parte do Conselho de Saúde. O Gráfico 15 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

Gráfico 15 – Número de municípios brasileiros, segundo a situação do RDQA (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

A Tabela 5 apresenta o quantitativo de municípios por estado que não encaminharam os RDQAs de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde.

Registra-se que 711 municípios brasileiros (12,77% do total) possuem alguma pendência com os RDQAs de 2020.

Tabela 5 – Número de municípios que não encaminharam os RDQAs de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo UF e por quadrimestre

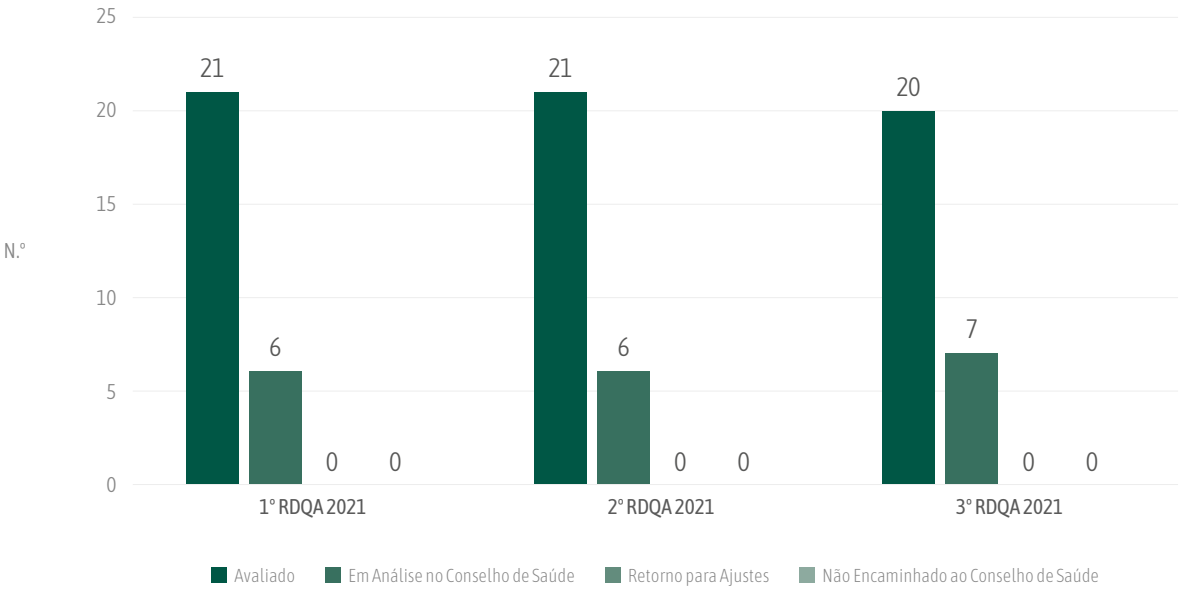
UF	RDQA			N.º de municípios da UF
	1º RDQA 2020	2º RDQA 2020	3º RDQA 2020	
AC	8	8	8	22
AL	21	21	22	102
AM	4	5	4	62
AP	8	8	8	16
BA	53	54	59	417
CE	6	6	7	184
ES	13	14	14	78
GO	24	24	26	246
MA	88	90	96	217
MG	94	99	96	853
MS	0	0	0	79
MT	7	6	7	141
PA	55	55	56	144
PB	22	23	28	223
PE	15	15	15	184
PI	49	52	58	224
PR	5	6	6	399
RJ	15	17	17	92
RN	16	16	13	167
RO	0	0	0	52
RR	0	0	0	15
RS	5	6	8	497
SC	8	9	11	295
SE	1	2	2	75
SP	124	133	131	645
TO	0	0	0	139
BRASIL	**641**	**669**	**692**	**5.568**

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

RDQA de 2021

Não há pendências por parte das UFs quanto ao encaminhamento do 1°, do 2° e do 3° RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde. Observa-se, no Gráfico 16, que ainda há pendências por parte de Conselhos de Saúde quanto à avaliação.

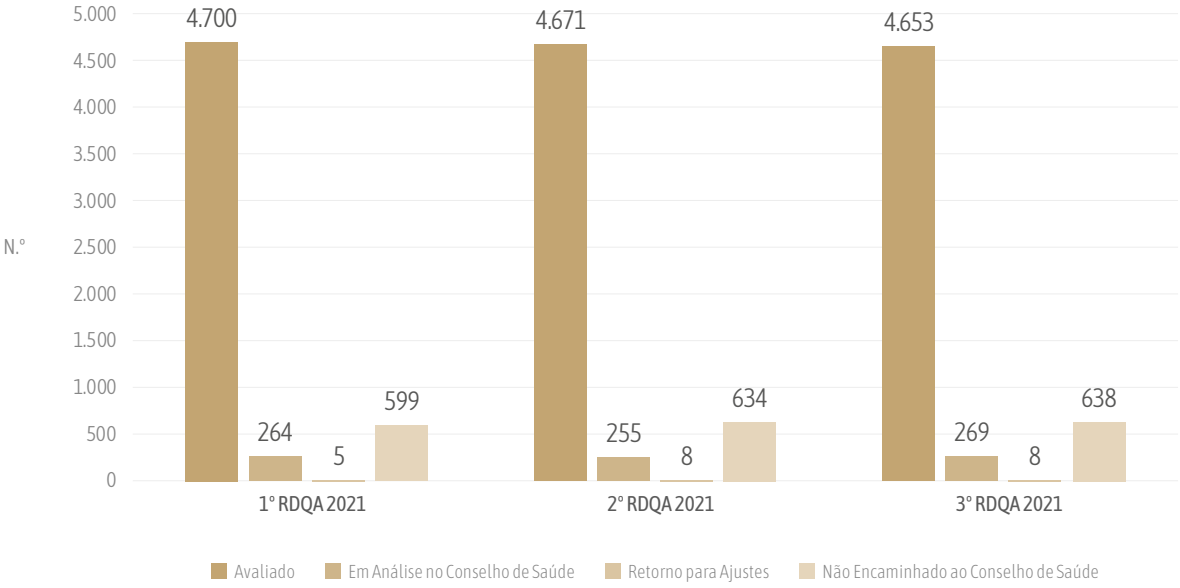
Gráfico 16 – Número de unidades federativas, segundo a situação do RDQA (2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

Para os municípios, verifica-se que, na média dos três RDQAs de 2021, 4.937 municípios (88,67% do total) encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em Análise no Conselho de Saúde), 624 (11,20% do total) estão pendentes, enquanto para 7 deles (0,13% do total) houve devolução para ajustes por parte do Conselho de Saúde. O Gráfico 17 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

Gráfico 17 – Número de municípios brasileiros, segundo a situação do RDQA (2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

A Tabela 6 apresenta o quantitativo de municípios por estado que não encaminharam os RDQAs de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde.

Registra-se que 648 municípios brasileiros (11,64% do total) possuem alguma pendência com os RDQAs de 2021.

Tabela 6 – Número de municípios que não encaminharam os RDQAs de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo UF e por quadrimestre

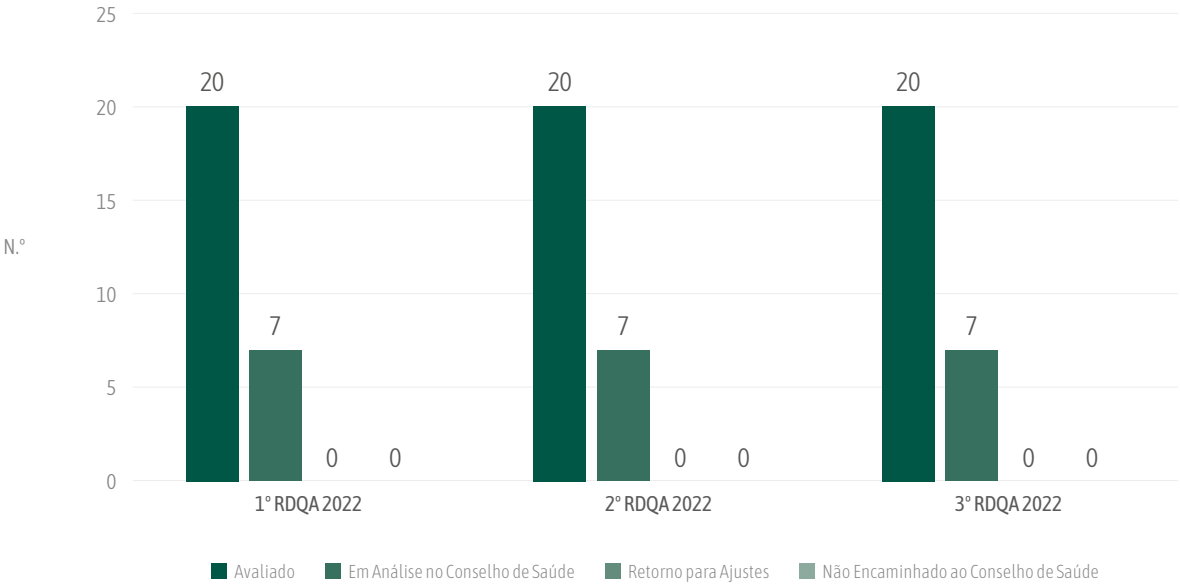
UF	RDQA			N.º de municípios da UF
	1º RDQA 2021	2º RDQA 2021	3º RDQA 2021	
AC	7	7	7	22
AL	22	21	22	102
AM	5	5	4	62
AP	7	7	7	16
BA	49	52	52	417
CE	9	9	9	184
ES	6	6	6	78
GO	25	29	32	246
MA	77	78	80	217
MG	90	103	105	853
MS	0	0	0	79
MT	6	7	6	141
PA	49	49	49	144
PB	24	30	32	223
PE	15	15	15	184
PI	45	46	46	224
PR	3	5	4	399
RJ	9	9	9	92
RN	15	15	15	167
RO	0	0	0	52
RR	0	0	0	15
RS	5	6	5	497
SC	11	12	12	295
SE	1	1	1	75
SP	119	122	120	645
TO	0	0	0	139
BRASIL	**599**	**634**	**638**	**5.568**

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

RDQA de 2022

Não há pendências por parte das UFs quanto ao encaminhamento do 1°, do 2° e do 3° RDQA de 2022 para avaliação no Conselho de Saúde. Observa-se, no Gráfico 18, que ainda há pendências por parte de Conselhos de Saúde quanto à avaliação.

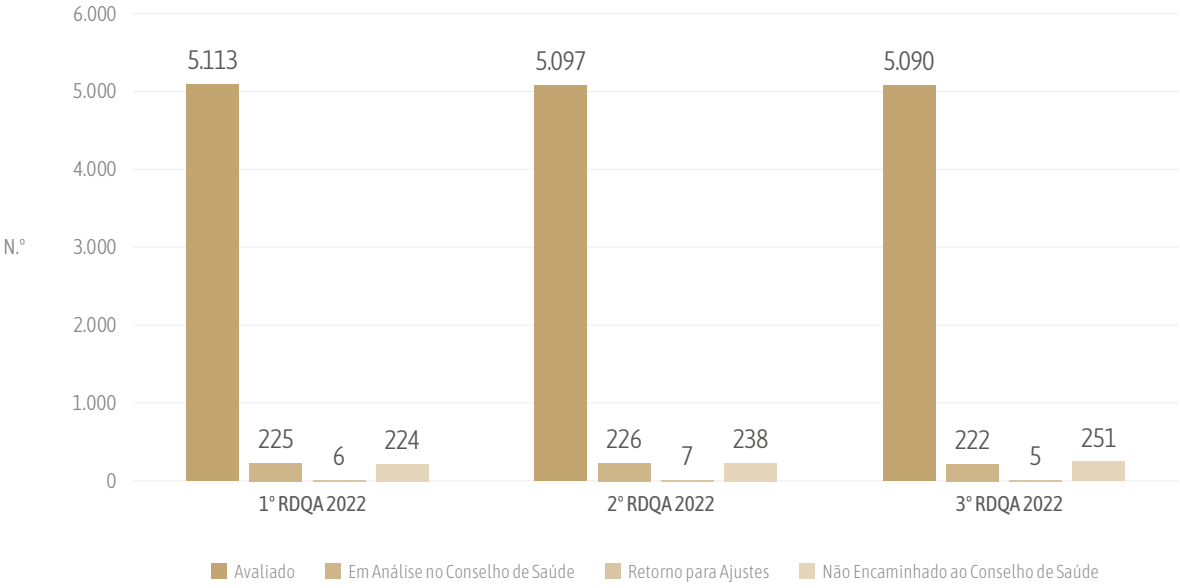
Gráfico 18 – Número de unidades federativas, segundo a situação do RDQA (2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

Quanto aos municípios, verifica-se que, na média dos três RDQAs de 2022, 5.324 municípios (95,62% do total) encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em Análise no Conselho de Saúde), 238 (4,27% do total) estão pendentes, enquanto para 6 deles (0,11% do total) houve devolução para ajustes por parte do Conselho de Saúde. O Gráfico 19 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

Gráfico 19 – Número de municípios brasileiros, segundo a situação do RDQA (2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

A Tabela 7 apresenta o quantitativo de municípios por estado que não encaminharam os RDQAs de 2022 para avaliação no Conselho de Saúde.

Registra-se que 253 municípios brasileiros (4,53% do total) possuem alguma pendência com os RDQAs de 2022.

Tabela 7 – Número de municípios que não encaminharam os RDQAs de 2022 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo UF e por quadrimestre

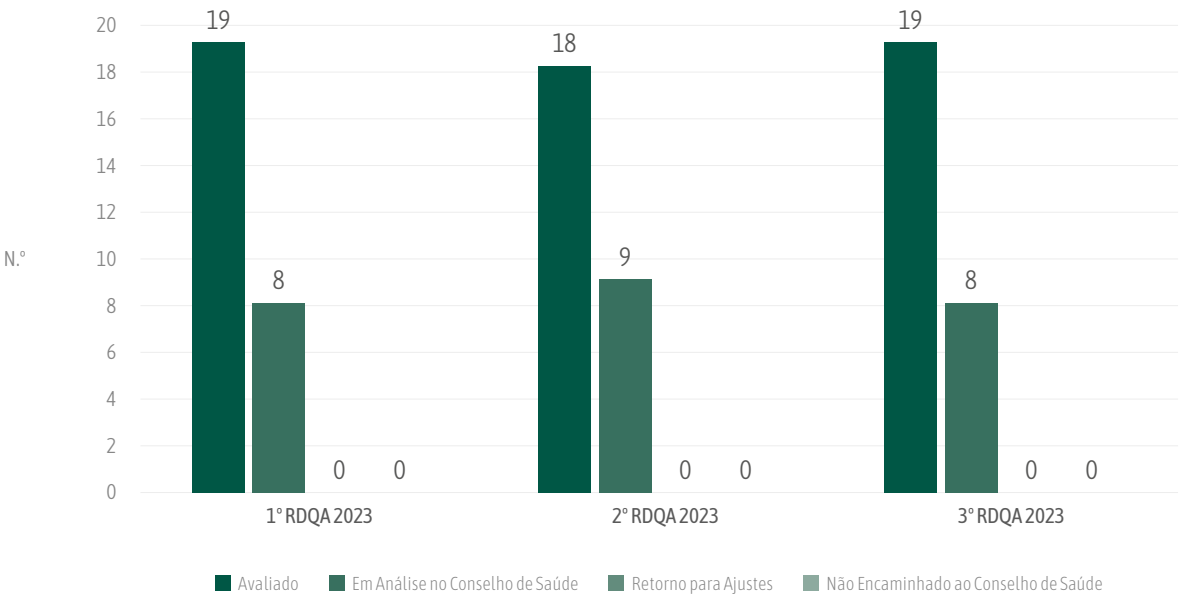
UF	RDQA			N.º de municípios da UF
	1º RDQA 2022	2º RDQA 2022	3º RDQA 2022	
AC	3	3	3	22
AL	17	17	16	102
AM	1	1	1	62
AP	4	5	6	16
BA	19	19	21	417
CE	2	2	2	184
ES	1	1	1	78
GO	3	4	6	246
MA	51	51	55	217
MG	24	29	29	853
MS	0	0	0	79
MT	3	3	3	141
PA	14	15	15	144
PB	12	12	14	223
PE	4	4	4	184
PI	4	5	5	224
PR	2	2	2	399
RJ	5	5	6	92
RN	3	3	3	167
RO	0	0	0	52
RR	0	0	0	15
RS	0	0	0	497
SC	2	3	3	295
SE	0	1	1	75
SP	50	53	55	645
TO	0	0	0	139
BRASIL	**224**	**238**	**251**	**5.568**

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

RDQA de 2023

Não há pendências por parte das UFs quanto ao encaminhamento do 1°, do 2° e do 3° RDQA de 2023 para avaliação no Conselho de Saúde. Observa-se, no Gráfico 20, que ainda há pendências por parte de Conselhos de Saúde quanto à avaliação.

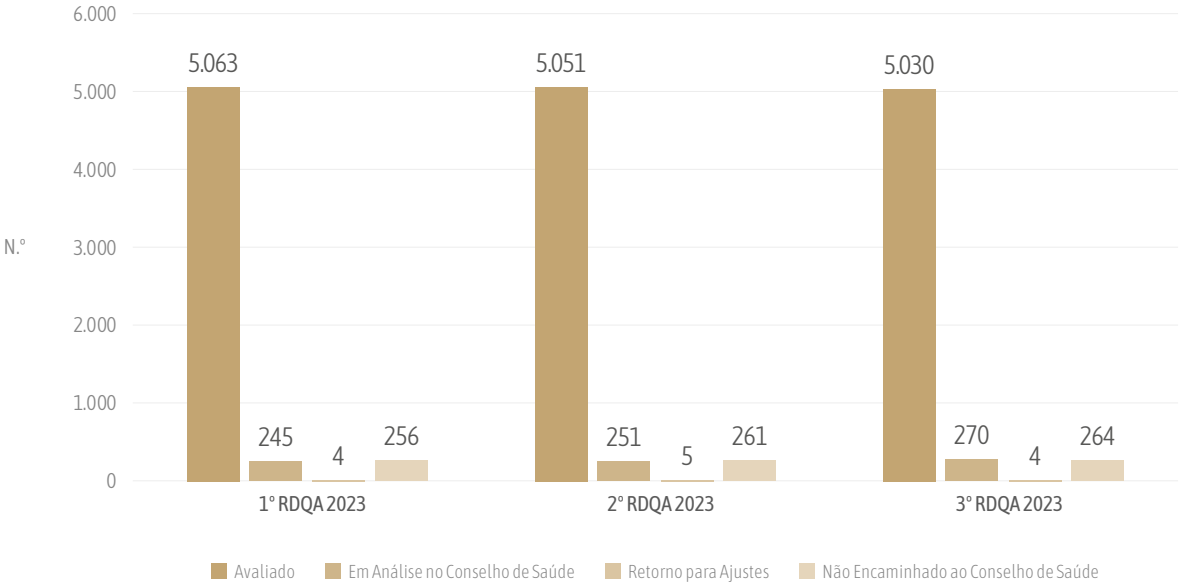
Gráfico 20 – Número de unidades federativas, segundo a situação do RDQA (2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

Quanto aos municípios, verifica-se que, na média dos três RDQAs de 2023, 5.303 municípios (95,24% do total) encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em Análise no Conselho de Saúde), 260 (5,07% do total) estão pendentes, enquanto para 4 deles (0,08% do total) houve devolução para ajustes por parte do Conselho de Saúde. O Gráfico 21 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

Gráfico 21 – Número de municípios brasileiros, segundo a situação do RDQA (2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

A Tabela 8 apresenta o quantitativo de municípios por estado que não encaminharam os RDQAs de 2023 para avaliação no Conselho de Saúde.

Registra-se que 271 municípios brasileiros (4,87% do total) possuem alguma pendência com os RDQAs de 2023.

Tabela 8 – Número de municípios que não encaminharam os RDQAs de 2023 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo UF e por quadrimestre

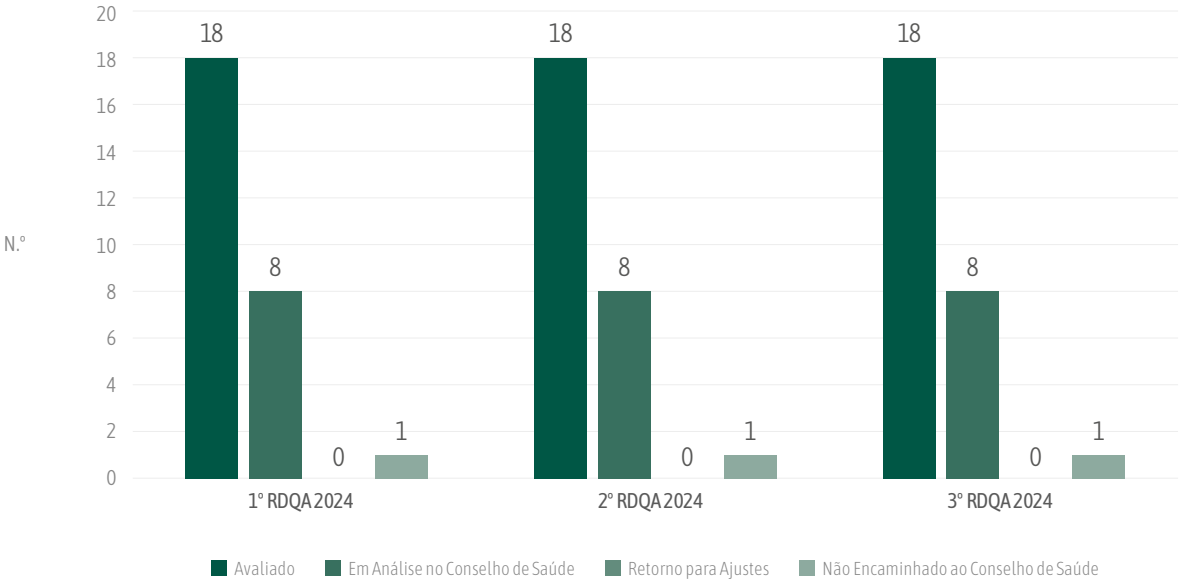
UF	RDQA			N.º de municípios da UF
	1º RDQA 2023	2º RDQA 2023	3º RDQA 2023	
AC	3	3	3	22
AL	18	18	17	102
AM	1	1	1	62
AP	5	5	5	16
BA	25	25	25	417
CE	4	4	4	184
ES	0	0	0	78
GO	6	6	6	246
MA	58	59	60	217
MG	29	31	31	853
MS	0	0	0	79
MT	2	3	3	141
PA	16	16	17	144
PB	11	12	12	223
PE	4	5	5	184
PI	4	4	4	224
PR	1	1	2	399
RJ	5	5	4	92
RN	3	3	4	167
RO	0	0	0	52
RR	0	0	0	15
RS	1	1	0	497
SC	3	3	3	295
SE	1	1	1	75
SP	56	55	57	645
TO	0	0	0	139
BRASIL	**256**	**261**	**264**	**5.568**

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

RDQA de 2024

Há pendência em todos os RDQAs de 2024 e um grande quantitativo em análise no Conselho de Saúde (Gráfico 22).

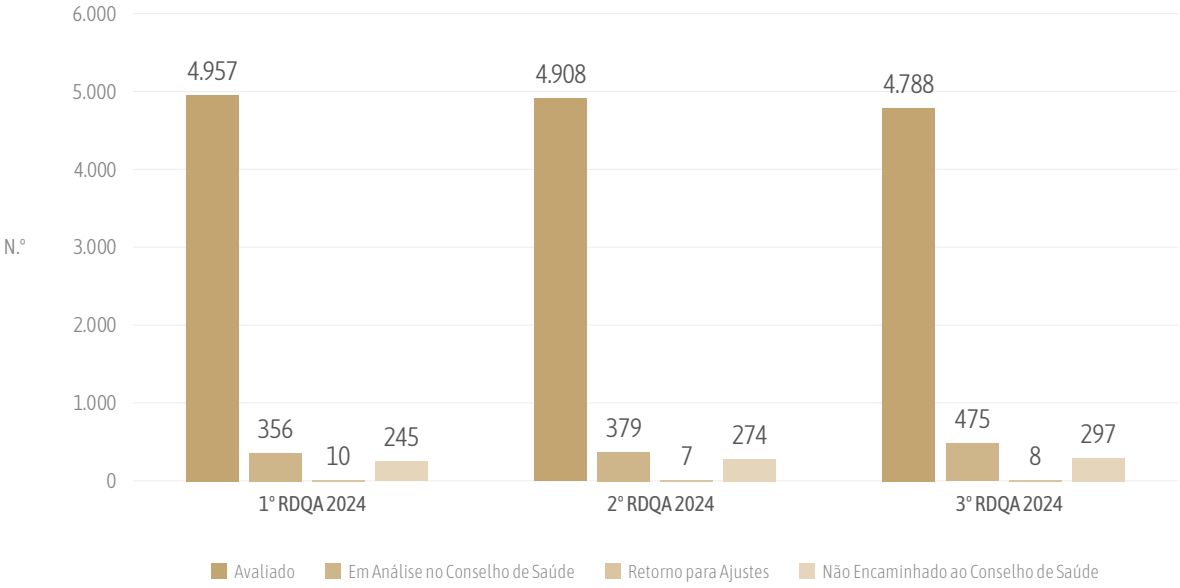
Gráfico 22 – Número de unidades federativas, segundo a situação do RDQA (2024)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

Com relação aos municípios, verifica-se que, na média dos três RDQAs de 2024, 5.288 municípios (94,96% do total) encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em Análise no Conselho de Saúde), 272 (4,89% do total) estão pendentes, enquanto para 8 deles (0,15% do total) houve devolução para ajustes por parte do Conselho de Saúde. O Gráfico 23 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

Gráfico 23 – Número de municípios brasileiros, segundo a situação do RDQA (2024)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

A Tabela 9 apresenta o quantitativo de municípios por estado que não encaminharam os RDQAs de 2024 para avaliação no Conselho de Saúde.

Registra-se que 313 municípios brasileiros (5,62% do total) possuem alguma pendência com os RDQAs de 2024.

Tabela 9 – Número de municípios que não encaminharam os RDQAs de 2024 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo UF e por quadrimestre

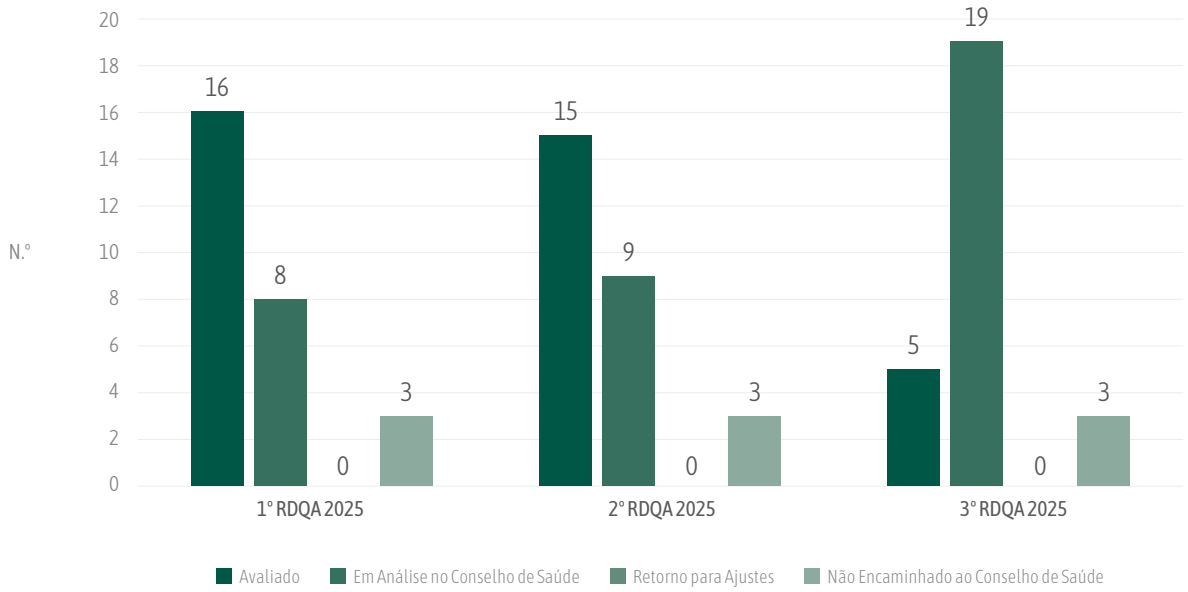
UF	RDQA			N.º de municípios da UF
	1º RDQA 2024	2º RDQA 2024	3º RDQA 2024	
AC	4	4	4	22
AL	19	21	23	102
AM	1	1	1	62
AP	6	6	6	16
BA	21	29	32	417
CE	2	4	4	184
ES	0	0	0	78
GO	5	6	6	246
MA	43	49	55	217
MG	31	36	40	853
MS	0	0	0	79
MT	3	3	6	141
PA	18	19	21	144
PB	8	7	7	223
PE	8	9	10	184
PI	3	4	6	224
PR	3	3	3	399
RJ	4	4	4	92
RN	8	9	7	167
RO	0	0	0	52
RR	0	0	0	15
RS	0	0	0	497
SC	3	3	4	295
SE	1	1	1	75
SP	52	54	55	645
TO	2	2	2	139
BRASIL	**245**	**274**	**297**	**5.568**

Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/3/2026.

RDQA de 2025

Com relação ao ano de 2025, há pendência de entrega em todos os quadrimestres, conforme o Gráfico 24.

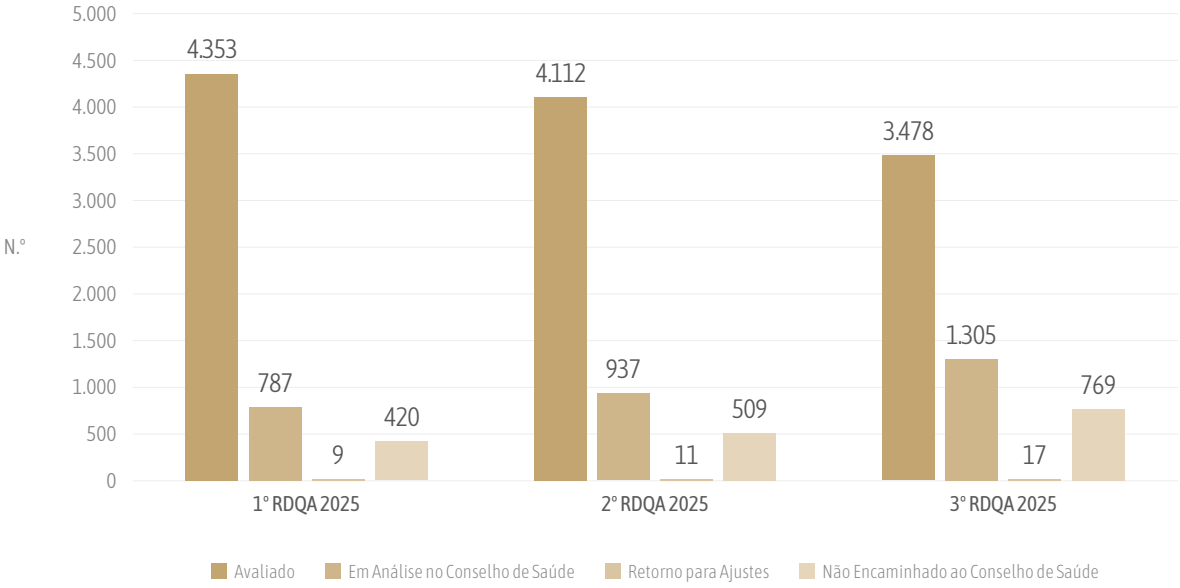
Gráfico 24 – Número de unidades federativas, segundo a situação do RDQA (2025)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

Com relação aos municípios, verifica-se que, na média dos três RDQAs de 2025, 4.991 municípios (89,62% do total) encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em Análise no Conselho de Saúde), 566 (10,16% do total) estão pendentes, enquanto para 12 deles (0,22% do total) houve devolução para ajustes por parte do Conselho de Saúde. O Gráfico 25 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

Gráfico 25 – Número de municípios brasileiros, segundo a situação do RDQA (2025)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

A Tabela 10 apresenta o número de municípios por estado que não encaminharam o 1°, o 2° e o 3° RDQA de 2025 para avaliação no Conselho de Saúde.

Registra-se que 802 municípios brasileiros (14,40% do total) possuem alguma pendência com os RDQAs de 2025.

Tabela 10 – Número de municípios que não encaminharam os RDQAs de 2025 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo UF e por quadrimestre

UF	RDQA			N.º de municípios da UF
	1º RDQA 2025	2º RDQA 2025	3º RDQA 2025	
AC	4	5	4	22
AL	26	25	29	102
AM	2	3	6	62
AP	6	8	10	16
BA	48	61	75	417
CE	20	23	37	184
ES	2	3	6	78
GO	8	8	13	246
MA	45	51	51	217
MG	55	69	113	853
MS	4	4	8	79
MT	20	26	44	141
PA	22	30	39	144
PB	18	21	26	223
PE	19	22	35	184
PI	12	14	20	224
PR	13	19	53	399
RJ	5	6	13	92
RN	15	16	27	167
RO	0	0	3	52
RR	3	3	4	15
RS	1	7	9	497
SC	10	11	27	295
SE	2	4	14	75
SP	56	65	87	645
TO	4	5	16	139
BRASIL	**420**	**509**	**769**	**5.568**

Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

COMENTÁRIOS

A elaboração e a atualização periódica do Plano de Saúde são de responsabilidade da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, no âmbito administrativo correspondente, conforme o inciso VIII do art. 15 da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Ele é o instrumento central do planejamento em saúde, nos termos do art. 96 da Portaria de Consolidação n.º 1, de 28 de setembro de 2017, e direciona as execuções das ações e dos serviços de saúde que serão ofertados para a população.

A partir do Plano de Saúde, decorrem dois outros instrumentos de planejamento: a Programação Anual de Saúde e o Relatório de Gestão (quadrimestrais e o anual), visto que esses instrumentos se interligam sequencialmente, compondo um processo cíclico de planejamento, de acordo com o § 1º do art. 95 da Portaria de Consolidação n.º 1/2017. Conclui-se daí que os entes que estão pendentes com a elaboração do Plano de Saúde também estão pendentes com a elaboração das Programações Anuais de Saúde e dos Relatórios de Gestão.

A Programação Anual de Saúde é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no Plano de Saúde e tem por objetivo anualizar as metas descritas no referido instrumento e prever a alocação dos recursos orçamentários a serem executados (art. 97 da Portaria de Consolidação n.º 1/2017). Conforme o § 2º do art. 36 da Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012,

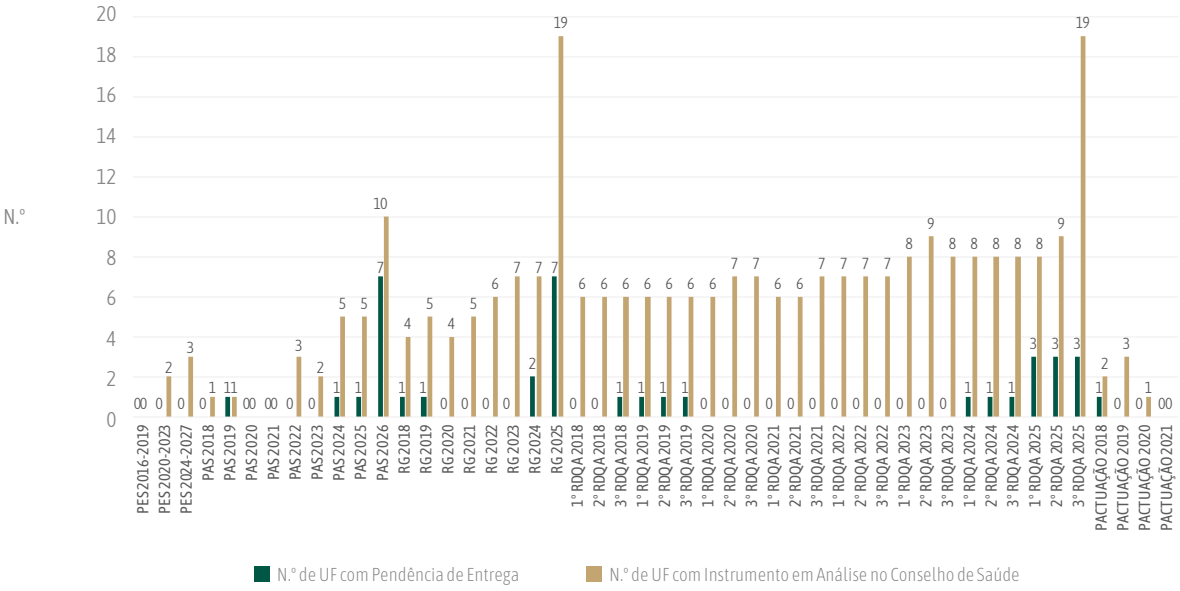
> os entes da Federação deverão encaminhar a programação anual do Plano de Saúde ao respectivo Conselho de Saúde, para aprovação antes da data de encaminhamento da lei de diretrizes orçamentárias do exercício correspondente, à qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público (Brasil, 2012).

Por fim, o mesmo art. 36 da Lei Complementar n.º 141/2012 determina que os entes federados devem apresentar o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior na respectiva Casa Legislativa, em audiência pública, e enviá-lo para avaliação no respectivo Conselho de Saúde. Ainda de acordo com o art. 36 da referida norma, o Relatório de Gestão deve ser encaminhado para apreciação no Conselho de Saúde.

O Relatório de Gestão é o instrumento de planejamento com elaboração anual que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da PAS e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano de Saúde (art. 99 da Portaria de Consolidação n.º 1/2017), enquanto o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da Programação Anual de Saúde (art. 100 da Portaria de Consolidação n.º 1/2017).

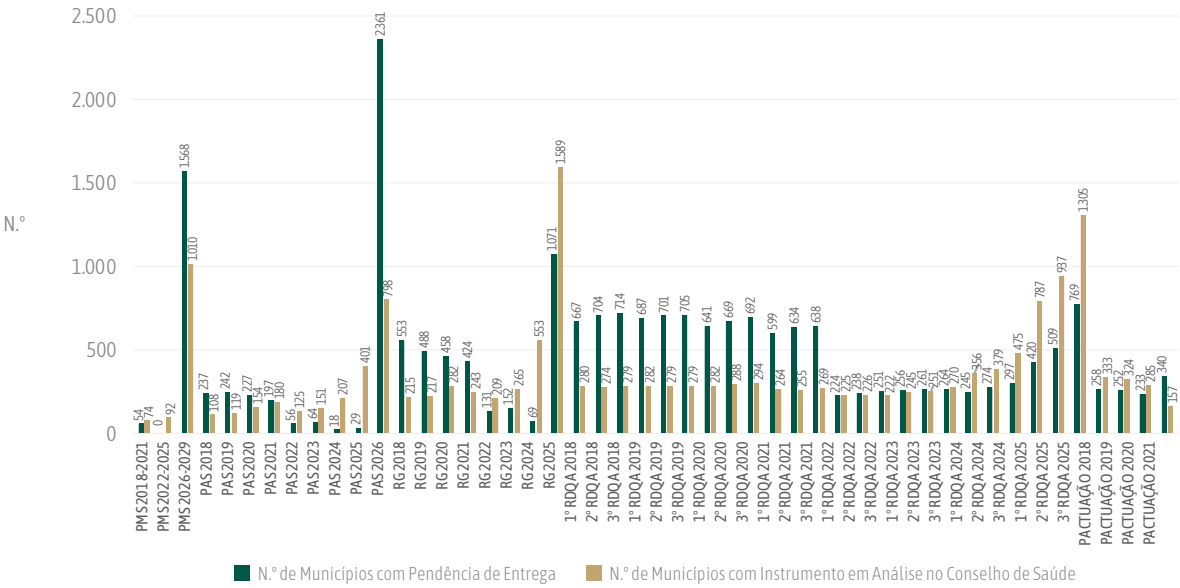
Observa-se que a legislação ressalta a responsabilidade da gestão e dos Conselhos de Saúde, por isso é fundamental que esses atores atentem para as pendências de entrega dos instrumentos de planejamento, bem como para os instrumentos que estão em análise nos Conselhos de Saúde e requerem uma ação desse órgão deliberativo. Os Gráficos 26 e 27 apresentam, de forma sintética, essas situações.

Gráfico 26 – Número de UFs com pendência de entrega de instrumento de planejamento e número de UFs com instrumentos de planejamento em análise no Conselho de Saúde



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

Gráfico 27 – Número de municípios com pendência de entrega de instrumento de planejamento e número de municípios com instrumentos de planejamento em análise no Conselho de Saúde



Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/4/2026.

Fonte dos dados: **https://digisusgmp.saude.gov.br/**

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Módulo Planejamento – DigiSUS Gestor**. Brasília, DF: MS, [2024]. Disponível em: https://digisusgmp.saude.gov.br/. Acesso em: 1 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **DigiSUS Gestor Módulo Planejamento**: Manual do usuário. Brasília, DF: MS, 2025. Disponível em: https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/biblioteca/manual-do-usuario-2025. Acesso em: 2 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação n.º 1, de 28 de setembro de 2017**. Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: MS, 2017. Disponível em: http://portalsinan.saude.gov.br/images/documentos/Legislacoes/Portaria_Consolidacao_1_28_SETEMBRO_2017.pdf. Acesso em: 1 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Manual de planejamento no SUS**. 1. ed. rev. Brasília, DF: MS: Fiocruz, 2016. (Série Articulação Interfederativa, v. 4). Disponível em: https://bit.ly/planejamentosus. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012**. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis n.os 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Brasília, DF: PR, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm. Acesso em: 2 maio 2026.



Conte-nos o que pensa sobre esta publicação.

CLIQUE AQUI
e responda a pesquisa



Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
bvsms.saude.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

Governo
Federal